



Grave acidente na Subestação de Miranda do Norte/MA põe em risco a vida de trabalhadores

Um grave acidente ocorreu na Sub-estação da Eletronorte, em Miranda do Norte - Maranhão, no último dia 25 de julho, atingindo dois trabalhadores, sendo um electricista da empresa ENID e um engenheiro da WEG.

O acidente, que ainda está sendo apurado, deu-se em um cubículo de 13,8 kV no Serviço Auxiliar da SE Miranda. Os dois trabalhadores vitimados desempenhavam atividades para a empresa Ômega Energia, acessante da Eletronorte.

A empresa Ômega Energia é responsável por escoar a energia proveniente de fontes eólicas instaladas no complexo eólico do Maranhão que compõem o complexo Delta III, de 220 MW, no município de Paulino Neves.

Toda tragédia traz uma lição e, nesse caso, a lição é: a concessão do Adicional de Periculosidade não é um ato gracioso e benevolente do empregador, mas, um direito do trabalhador ou trabalhadora que se expõe a risco, devido à complexidade e o perigo que envolve sua atividade.

Outra lição é que acidentes dessa natureza deixam mais clara a necessidade de discussão

sobre as medidas que estavam sendo tomadas pela empresa no sentido de rever a concessão do Adicional de Periculosidade como mera medida de diminuição de custos. Como se vê, a vida não tem preço e não pode ser medida como cifra a ser considerada nos balanços da empresa.

Por outro lado, as implicações dessa caso deverão ser intensas, dada a gravidade do acidente. Acidentes dessa natureza tendem a render batalhas judiciais que resultam em indenizações milionárias para o acidentado ou para sua família. E independentemente dos trabalhadores serem ou não sindicalizados aos sindicatos componentes do Sindinorte, nossas entidades ficarão sempre atentas no sentido de garantir que o trabalhador acidentado não seja culpabilizado e que o processo de investigação se dê de forma isenta. Por enquanto, vamos aguardar as apurações sem fazermos nenhum juízo de valor antecipado.

Por fim, o Sindinorte deseja aos trabalhadores vitimados no acidente a mais rápida recuperação e que o acidente não deixe sequelas graves.

A vida e a saúde não tem preço!

EM DEFESA DAS EMPRESAS ESTATAIS PRIVATIZAR NÃO É A SOLUÇÃO!

Em continuidade ao processo de luta contra a privatização dos ativos do setor elétrico, o CNE provocou uma reunião das Frentes Parlamentares em Defesa do Setor Elétrico Estatal, Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional e Frente em Defesa da CEMIG. Na reunião, realizada no último dia 08 de agosto, foram apresentadas as iniciativas já tomadas para ampliar a discussão sobre o marco regulatório, houve-

ram solicitações de realização de audiências públicas em diversas comissões parlamentares, estão sendo solicitadas reuniões junto ao MME e foi protocolada pela Frente, solicitação de prorrogação de prazo nas consultas públicas em andamento.

No próximo dia 29, haverá o lançamento da Rede Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional, ocasião na

qual haverá o lançamento da campanha "*Privatizar Não É A Solução*", no âmbito da Câmara dos Deputados.

As ações do governo contra as empresas estatais vêm em todas as frentes. Não se dá apenas contra o setor elétrico, é um ataque ao patrimônio público: bancos, Petrobras, Eletrobras, Correios, empresas que exercem papel fundamental no desenvolvimento do País.

CUIDAD!

QUEREM MEXER EM NOSSO PLANO DE SAÚDE

O Ministério do Planejamento, da Fazenda e a Casa Civil pretendem a todo custo aumentar o caixa do Governo. Para isso, irão atacar os planos de saúde das empresas estatais. Minutas estabelecem diretrizes e parâmetros mínimos de governança para as empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde. O que parece uma coisa boa nada mais é do que a retirada da autonomia das empresas estatais em negociar seus planos de saúde.

De acordo com o documento, disponível no site da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE), a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) está elaborando uma resolução que determina a retirada dos planos de saúde dos acordos coletivos de trabalho, estabelece um número mínimo de vidas para que a empresa estatal propicie um plano por autogestão, o aumento da contribuição dos(as) trabalhadores(as) nos custos do plano, a retirada de genitores como dependentes nos planos, a retirada das eleições para as Diretorias e Conselhos dos Planos de saúde, restando apenas os indicados pela empresa, enfim, uma série de modificações que em nada contribuem para uma gestão séria, transparente e democrática da saúde. Outro ponto preocupante é a limitação a 8% da folha de pessoal para que a empresa aporte em custeio a saúde.

Essas decisões inviabilizam muitos planos de saúde hoje existentes em diversas empresas estatais. Cada empresa estatal possui uma realidade que não está sendo considerada pelo Governo ao estabelecer uma regra única para todas as empresas. Muitas das determinações são contrárias ao estabelecido pela ANS.

Em reunião ocorrida, no dia 09/08, com representantes dos trabalhadores das empresas estatais que serão impactadas por essa medida, o CNE apontou a preocupação com essa determinação de Governo e a necessidade de fazer uma luta conjunta de todos os trabalhadores e trabalhadoras das empresas estatais. Esse processo já está sendo analisado por escritórios jurídicos e estamos buscando um canal de negociação no MPOG. No entanto, a SEST até o momento já explicitou que não conver-

sará sobre esse assunto com entidades sindicais.

Diante dessa grave ameaça aos nossos direitos, o Sindinorte exige uma manifestação urgente e formal da Diretoria da Eletronorte sobre o assunto, haja vista que a empresa participou de reuniões no MPOG, conforme lista de presença.

O nosso plano de saúde está contido em normas internas e, como tal, não pode ser alterado visto que estas aderiram aos nossos contratos de trabalho. No entanto, sabemos que uma Resolução como essa pode ensejar em muitas dificuldades entre Eletronorte e trabalhadores(as), já que a empresa será cobrada pelo Governo a implantar determinações que, está claro, são políticas.

O Sindinorte entende que a Eletronorte, para preservar um clima organizacional positivo, deve convocar os trabalhadores e trabalhadoras e esclarecer, de forma clara e transparente, o que está acontecendo com a pérola do nosso acordo coletivo de trabalho, que é o nosso plano de saúde.

O próximo passo da CGPAR será estabelecer resolução que altera a participação da empresa nos fundos de pensão estatais.

